

DOCUMENTO ORIGEM

CARTA S/N

SEI



000687/03-0

Nº FOLHAS

4

ORIGEM

(SSEPI) - SUBSECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA INTERLEGIS

INTERESSADO

CAMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUI

ASSUNTO

INTERLEGIS

EMENTA

FORMALIZAÇÃO DA ADESÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUI -PI

TRAMITAÇÃO

DE	PARA	DATA	DE	PARA	DATA
1) SEA	SSEPI	12 / 05 / 2003			/ /
	SSEPI	/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /
		/ /			/ /

SEI



1000567030

000687/03-0

Folha nº	01
Processo nº	687/03-0
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos e imprima esta ficha. Envie para o
Programa Interlegis - Av. N2 Anexo 'E' do Senado Federal - Brasília/ DF - CEP: 70.165-900
Central de Atendimento - (61) 311-2556

Tipo de Casa: ☐ Assembleia Legislativa ☒ Câmara Municipal Qtd. Parlamentares: 09 (NOVE)

Nome da Casa: CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUI

Endereço: RUA SÉRGIO FIALHO S/N

Cidade: ALAGOINHA DO PIAUI

UF: PI CEP: 64.655-000

Telefones: 0** 89 442-1187

FAX: 0** 89 442-1187

E-Mail:

Homepage:

Dados do administrador local na Casa Legislativa

(pessoa responsável pela atualização das informações no portal do Interlegis
que irá cadastrar, atualizar e excluir os dados referentes a casa legislativa, bem como os
demais usuários vinculados à casa) Não deve ser parlamentar.

Nome: JOSE ADÃO DE BRITO

Unidade/Departamento: CÂMARA MUNICIPAL

Cargo: ACESSOR PARLAMENTAR

Telefones: 0** 89 442-1187

FAX: 0** 89 442-1187

E-Mail:

Autenticação do Presidente

Nome Completo do Parlamentar: ABELARDO ANTONIO DE SA

Nome Parlamentar: ABELARDO SA

Partido: PPB

Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): Início: 01/01/2001

Fim: 31/12/2002

Aniversário (dia/mês/ano): 25/06/1949

Sexo: MASCULINO

Telefones: 0** 89 442-1187

FAX: 0** 89 442-1187

E-Mail:

Homepage:

ALAGOINHA DO PIAUI, 03/12/2002

Abelardo Antonio de Sa

Para uso do Interlegis: Município Pólo? ☐ Sim ☐ Não

www.interlegis.gov.br

Folha nº	02
Processo nº	687/03-0
Rubrica	M

009260/02

Solicitação de Adesão de Parlamentar

Preencha todos os campos e imprima uma ficha para cada parlamentar. Envie para o
Programa Interlegis - Av. N2 Anexo 'E' do Senado Federal - Brasília/ DF - CEP: 70.165-900
Central de Atendimento: (61) 311-2556

Tipo de Casa: ☐ Assembleia Legislativa ☒ Câmara Municipal

Nome da Casa: CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUI

Endereço: RUA SÉRGIO FIALHO S/N

Cidade: ALAGOINHA DO PIAUI

UF: PI

CEP: 64.655-000

Telefones: 0** 89 442-1187

FAX: 0** 89 442-1187

E-Mail:

Homepage:

Dados do Parlamentar

Nome Completo do Parlamentar: ABELARDO ANTONIO DE SA

Nome Parlamentar: ABELARDO SÁ

Partido: PPB

Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): Início: 01/01/2001

Fim: 31/12/2002

Aniversário (dia/mês/ano): 25/06/1949

Sexo: MASCULINO

Telefones: 0** 89 442-1187

FAX: 0** 89 442-1187

E-Mail:

Homepage:

Cargo: ☒ Presidente ☐ Vice-Presidente ☐ 1ºSecretário ☐ 2ºSecretário ☐ 3ºSecretário ☐ 4ºSecretário
☐ Vereador

ALAGOINHA DO PIAUI, 03/12/2002

Abelardo Antonio de Sa

Para uso do Interlegis: Município Pólo? ☐ Sim ☐ Não

www.interlegis.gov.br

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2002.

Senhor Administrador,

O Programa Interlegis, iniciado em 1997, tem por objetivo criar a Comunidade Virtual do Poder Legislativo, e, com isso estabelecer a integração entre as instâncias federal, estadual e municipal e promover a modernização do Poder Legislativo. Em 2000 o Interlegis se consolidou, e em 2001 iniciou a distribuição das estações de trabalho para as primeiras 612 câmaras municipais, além de instalar Salas Multiuso e de Videoconferência em todas as assembleias legislativas do país. Hoje, na segunda fase do Programa estamos informatizando mais 1388 câmaras municipais.

Informamos abaixo seu acesso restrito ao Portal Interlegis:

Casa Legislativa: Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí - PI

Administrador Local: José Adão de Brito

Identificação: jose.brito

Senha: interlegis

Informamos a seguir os procedimentos para que o senhor efetue todas as alterações necessárias no cadastro da Câmara Municipal e seus parlamentares.

Efetuando o login no novo Portal Interlegis.

Acesse o novo Portal <http://www.interlegis.gov.br>, logo na primeira página, no canto superior direito, clique no menu "ajuda", leia então as orientações constantes para usuários do Portal Interlegis. Ao final desta mesma página clique em "ÍNDICE" e na página seguinte terá acesso a diversas informações, clique então no item "Administrador Local" para acessar o Manual de navegação do ADMINISTRADOR LOCAL.

Para alterar a sua senha:

Acesse o Portal <http://www.interlegis.gov.br> no ícone "login" digite sua identificação e senha para ter o acesso restrito no Portal Interlegis, após estar logado, clique em "preferências" e na página seguinte clique em "Clique aqui" para mudar sua senha."

Atenciosamente,



Paulo Fontenele e Silva

Diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis

Ilmo. Sr.

José Adão de Brito

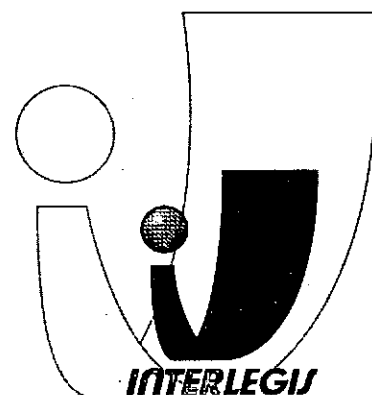
Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí

Rua Sérgio Fialho, s/nº

Alagoinha do Piauí - PI

CEP: 64.655-000

(89) 442-1187



008626/02

Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos e imprima esta ficha. Envie para o
Programa Interlegis - Av. N2 Anexo 'E' do Senado Federal - Brasília/ DF - CEP: 70.165-900
Central de Atendimento - (61) 311-2556

Folha nº

PROCESSO nº

Rubrica

Tipo de Casa:

☐ Assembleia Legislativa☒ Câmara Municipal

Qtd. Parlamentares:

09 (NOVE)

Nome da Casa:

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUI

Endereço:

RUA SÉRGIO FIALHO

Cidade: ALAGOINHA DO PIAUI

UF: PI

CEP: 64655-000

Telefones:

031-89-442-1187

FAX:

031-89-442-1187

E-Mail:

Homepage:

Dados do administrador local na Casa Legislativa

(pessoa responsável pela atualização das informações no portal do Interlegis
que irá cadastrar, atualizar e excluir os dados referentes a casa legislativa, bem como os
demais usuários vinculados à casa) Não deve ser parlamentar.

Nome:

JOSE ADÃO DE BRITO

Unidade/Departamento:

CÂMARA MUNICIPAL

Cargo:

ACESSOR PARLAMENTAR

Telefones:

031-89-442-1187

FAX:

031-89-442-1187

E-Mail:

Autenticação do Presidente

Nome Completo do Parlamentar:

ABELARDO ANTONIO DE SA

Nome Parlamentar:

ABELARDO SA

Partido:

PPB

Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): Início:

01/01/2001

Fim:

01/01/2002

Aniversário (dia/mês/ano):

25-06-1949

Sexo:

MASCULINO

Telefones:

031-89-442-1187

FAX:

031-89-442-1187

E-Mail:

Homepage:

Solicito a adesão da Casa Legislativa cujos dados básicos constam acima indicados.

Local e data

ALAGOINHA DO PIAUI, 28/11/2002

Assinado por: 
ABELARDO ANTONIO DE SÁ
PRESIDENTE

Para uso do Interlegis: Município Pólo? ☒ Sim ☐ Não



Nilmara
13/03/02

**CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
ALAGOINHA DO PIAUÍ NO
PROGRAMA INTERLEGIS**

CONVÊNIO Nº: PI-22023/2002 – INTERLEGIS

O CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - PRODASEN, com sede na Via N2, Anexo "C", do Senado Federal, Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo n.º 1123/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, em 27 de julho de 1999, neste ato representado Diretor-Executivo do PRODASEN MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS, e a CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Rua Sérgi Fialho, s/nº, Alagoinha do Piauí-PI, neste ato representada por seu Presidente, Vereador ABELARDO ANTÔNIO DE SÁ, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Convênio tem por finalidade estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA no PROGRAMA INTERLEGIS, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Empréstimo 1123/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com os seguintes objetivos, cuja execução decorrerá do comum esforço e interesse dos convenentes:

- I - promover a criação e a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II - promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e equipamentos entre os convenentes;
- III - estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções.

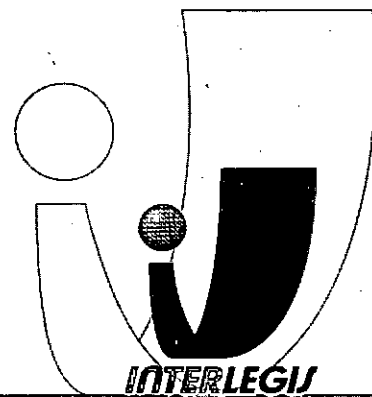
1.2 - É parte integrante deste Convênio o Regulamento de Participação do Programa Interlegis, publicado no Diário do Senado Federal de 27/05/1999 e modificações que vierem a ser promovidas de acordo com o disposto na Cláusula 4.09 do Contrato de Empréstimo n.º 1123/OC-BR.

1.3 - Se necessário, poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenentes, em conjunto, projetos específicos vinculados aos objetivos do PROGRAMA INTERLEGIS, caso em que serão formalizados por termos aditivos a este Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

2.1 - São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I - tornar disponíveis à CASA LEGISLATIVA os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, conforme CLÁUSULA QUARTA deste Convênio;



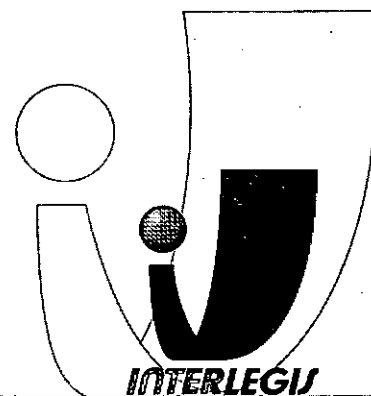
- II - incentivar o desenvolvimento e a implementação de ações conjuntas de interesse da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a geração de produtos dirigidos à Comunidade Virtual do Poder Legislativo;
- III - elaborar os relatórios previstos no Contrato de Empréstimo n.º 1123/OC-BR e no Documento de Projeto BRA/98/010, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV - manter atualizadas as informações relativas ao PROGRAMA INTERLEGIS e torná-las disponíveis à Comunidade Virtual do Poder Legislativo;
- V - viabilizar meios técnicos para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, via *internet*, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;
- VI - permitir a utilização, pelos parlamentares membros da CASA LEGISLATIVA, dos equipamentos e programas disponíveis na sala de apoio a parlamentares da sede do PROGRAMA INTERLEGIS;
- VII - certificar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o uso dos equipamentos e programas instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS na CASA LEGISLATIVA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

3.1 - São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I - providenciar e manter a infra-estrutura para a instalação dos equipamentos e programas descritos no ANEXO e proporcionar o pessoal necessário à sua operação;
- II - zelar pela guarda, administração, boa utilização e manutenção de garantia dos equipamentos e programas definidos no ANEXO;
- III - indicar representantes para a composição de Grupos Técnicos, quando solicitado, e informar ao PROGRAMA INTERLEGIS as substituições, quando ocorrerem;
- IV - cumprir as normas, procedimentos e política de segurança de informação definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS, divulgando-os entre os usuários credenciados pela CASA LEGISLATIVA;
- V - adquirir suprimentos (tais como *toner* e papel para impressora, disquetes, *cd-rom* regravável) e pagar os serviços de telecomunicação, energia elétrica e provedor de *internet*;
- VI - manter atualizadas as bases de dados sob sua responsabilidade, colocadas à disposição da Comunidade Virtual do Poder Legislativo;
- VII - manter atualizadas as informações da CASA LEGISLATIVA colocadas à disposição da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, nos moldes definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- VIII - promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;

mt



- IX - impedir a instalação e o uso indevido, nos equipamentos fornecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS, de programas que não disponham de autorização contratual ou legal;
- X - informar todos os parlamentares, servidores e demais usuários credenciados das limitações e restrições legais no uso dos equipamentos e programas, e no conteúdo de informações e mensagens enviadas pelos meios de comunicação do PROGRAMA INTERLEGIS;
- XI - disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e do PROGRAMA INTERLEGIS;
- XII - incentivar o uso dos equipamentos e programas para o desenvolvimento dos processos legislativos e administrativos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

4.1 - Os equipamentos e programas colocados à disposição da CASA LEGISLATIVA para participação no PROGRAMA INTERLEGIS foram adquiridos por meio do acordo de cooperação técnica internacional, Projeto BRA/98/010, firmado entre o ÓRGÃO EXECUTOR e o PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Os equipamentos e programas descritos no ANEXO são fornecidos à CASA LEGISLATIVA, ressaltando-se que os mesmos são de propriedade do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) - Projeto BRA/98/010, e estão destinados para uso único e exclusivo na sede da CASA LEGISLATIVA, com a finalidade de atender às atividades previstas no PROGRAMA INTERLEGIS, sob pena de rescisão do presente Convênio.

4.1.1 - Antes de findo o prazo de vigência do Projeto BRA/98/010, o ÓRGÃO EXECUTOR definirá, em conjunto com o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) e o PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), a destinação final dos equipamentos e programas descritos no ANEXO do presente Convênio.

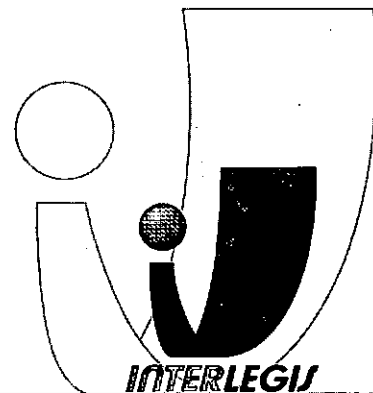
4.2 - A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR os parlamentares ou servidores responsáveis pelo recebimento e administração dos equipamentos e programas relacionados no ANEXO, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS.

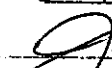
4.2.1 - O recebimento dos equipamentos e programas será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

4.3 - São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos equipamentos e programas, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia.

4.4 - Durante o período de garantia, as manutenções preventiva e corretiva deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa contratada para este fim pelo PROGRAMA INTERLEGIS.

4.4.1 - A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS.



Folha Nº	08
Processo Nº	687/03-0
Rubrica	

4.5 - Após o período de garantia, as despesas com manutenções serão pagas pela CASA LEGISLATIVA.

4.6 - As atualizações tecnológicas dos equipamentos e programas descritos no ANEXO somente poderão ser feitas:

I - pelo ÓRGÃO EXECUTOR; ou

II - pela CASA LEGISLATIVA, mediante prévia autorização do ÓRGÃO EXECUTOR.

4.7 - Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com as mesmas características e configuração do original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis.

4.8 - Na hipótese de alteração das especificações dos equipamentos e programas fornecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS, a CASA LEGISLATIVA assinará novo Termo de Aceite e Responsabilidade no ato da instalação.

4.9 - O acesso aos equipamentos e programas relacionados no ANEXO deverá ser franqueado, quando solicitado, para fins de inspeção técnica e auditoria, à Coordenação do PROGRAMA INTERLEGIS, ao PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), ao BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) e à AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) do MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

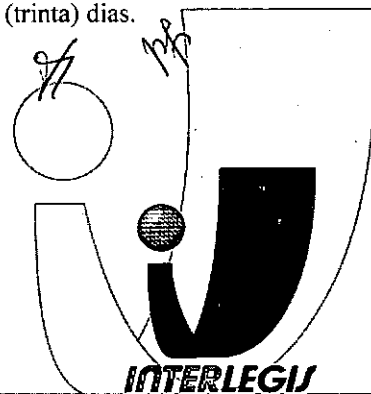
7.1 - A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

I - amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;

II - pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos equipamentos e programas, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;

III - judicialmente, nos termos da legislação.

7.2 - Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos e programas fornecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS serão devolvidos no prazo de 30 (trinta) dias.



Folha Nº	001
Processo Nº	687/03-0
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**8.1 - São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:**

- I - as consequências legais advindas da instalação ou uso de programas que não dispunham de autorização legal ou contratual;
- II - as informações, o conteúdo das páginas *internet* e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos instalados na CASA LEGISLATIVA.

8.2 - O nome do PRODASEN e do PROGRAMA INTERLEGIS não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

8.3 - Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenentes e, se necessário, formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO


9.1 - O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, de forma resumida, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

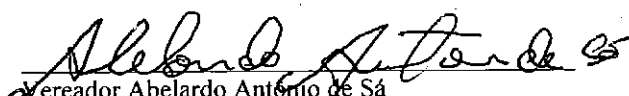
10.1 - Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenentes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

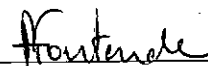
Brasília, 31 de dezembro de 2002.



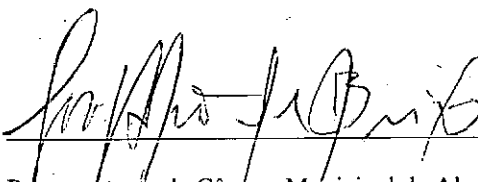
Mário Lúcio Lacerda de Medeiros
Diretor-Executivo do PRODASEN



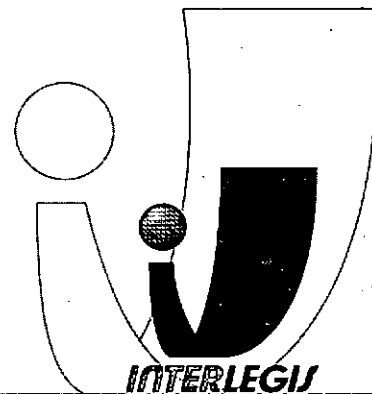
Vereador Abelardo Antonio de Sá
Presidente da Câmara Municipal de Alagoinha do
Piauí

Testemunhas:

Paulo Fontenele e Silva
Diretor da Coordenação Especial do PROGRAMA
INTERLEGIS




Representante da Câmara Municipal de Alagoinha do
Piauí



Folha Nº	10
Processo Nº	687/03-0
Rubrica	2

ANEXO

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS

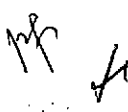
Folha Nº	11
Processo Nº	687/03-0
Rubrica	

**RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS
DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ**

Equipamentos:

- Microcomputador Novadata modelo ND P500-A950Z;
- Impressora Lexmark modelo Optra E312;
- Gateway 3Com Office Connect 56k Lan Modem;
- Estabilizador Enermax/Winparts modelo EXS 1000W.

Programas:

- Sistema operacional Conectiva Linux 5.0;
 - Sistema operacional Microsoft Windows 98;
 - Sistema de Automação de Escritório SUN StarOffice versão 5.2 for Linux;
 - Sistema de Automação de Escritório SUN StarOffice versão 5.2 for Windows;
 - Antivírus.
- 

INFORMAÇÕES PARA INSTALAÇÃO DO MICROCOMPUTADOR E DA IMPRESSORA NA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ - PI

Para que se proceda à instalação do microcomputador, impressora, programas, aparelho para conexão à *Internet* e estabilizador cedidos pelo Programa Interlegis, a Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí:

- 1 – compromete-se a preparar a infra-estrutura necessária para instalação dos equipamentos, de acordo com o *Manual de Recebimento e Instalação do Microcomputador e da Impressora nas Câmaras Municipais*;
- 2 – designa, no mínimo, dois vereadores ou servidores, a seguir relacionados, para acompanhar e atestar a instalação dos equipamentos e receber o treinamento para sua utilização:

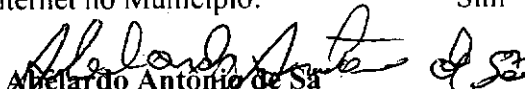
Nome	Cargo	Telefone	Designado para
JOSÉ ADÃO DE BRITO	ASSESSOR PARLAMENTAR	(89) 442-1187	<input type="checkbox"/> atestar instalação <input type="checkbox"/> treinamento
ALBERTO ANTONIO DE SA	VEREADOR	“	<input type="checkbox"/> atestar instalação <input type="checkbox"/> treinamento
			<input type="checkbox"/> atestar instalação <input type="checkbox"/> treinamento
			<input type="checkbox"/> atestar instalação <input type="checkbox"/> treinamento

- 3 – informa os dias da semana e horários de funcionamento da Câmara Municipal:

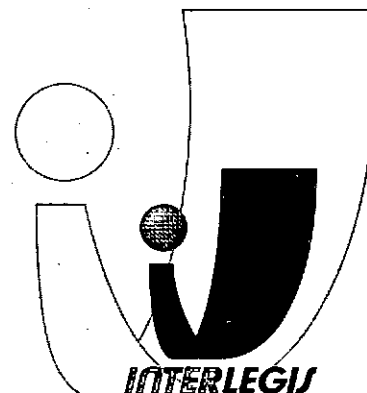
Dias da semana	Horários
SEGUNDA QUARTA E	08:00hs às 12:00hs
SEXTA	14:00hs às 17:00hs

- 4 – informa se a Câmara Municipal está conectada a um provedor Internet: Sim ☒ Não ☐

- 5 – informa se há provedor de acesso a Internet no Município: Sim ☐ Não ☐


 Abelardo Antonio de Sá
 Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí

Este formulário deverá ser encaminhado ao Programa Interlegis,
 com a maior urgência possível, por meio do fax 0xx61-321-1075
 ou para o seguinte endereço:
 PROGRAMA Interlegis
 Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal
 Brasília - DF - CEP 70165-900.





Folha Nº 13
Processo Nº 687/03-0
Rubrica 7

ESPÉCIE: Convênio nº: PE-26061/2004 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Tupanatinga-PE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/04/2004; **VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - PRODASEN - Excm. Sr. Peônio Barbosa Lima Carvalho- Diretor-Executivo; Pelo Convênio, Vereador Lourenço Alves de Sousa Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Tupanatinga-PE.

ESPECIFIC: Contém nº PE-2606/2004 INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e o Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Venturosa-PE; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 26/04/2004; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SÍGILAS: BANCOS: Pelo Senador Presidente PRODASEN Excmo. Sr. [nome], [nome] e [nome] e pelo Sr. [nome] e Sr. [nome] Pela Câmara Municipal: Vereador Paulo Almeida Victor, Presidente da Câmara Municipal de Venturosa-PE, [nome] e [nome] Presidente da

Município de venâncio's-PE
ESPECIE: CENSO Nº: 26054/2004 - INTERLEGIS, celebrado
em 22/09/2004, em Teresopolis, RJ, com o Provedor do Senado
Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa
Interlegis e a Câmara Municipal de São José da Coroa Grande-PE.
OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no
Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no
Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações;
DATA DE ASSINATURA: 30/04/2004; VIGÊNCIA: A partir da data de
assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa In-
terlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - In-
terlegis: BASTIANI, José Carlos, Diretor-Executivo; Pelo
Conveniado, Vereador Manoelino Rio Tinto, Presidente da Câmara
Municipal de São José da Coroa Grande-PE.

Município de São Roque do Araripe-Grande-PE.
EXECUÇÃO: 06/05/2003-06/05/2003. INTERLEGIS, celebrado
entre o Centro de Informação e Planejamento de Dados, do Senado
Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa
Interlegis e a Câmara Municipal de Correntes-PE; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa
Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da
Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE
ASSINATURA: 06/05/2004; VIGÊNCIA: A partir da data de assina-
tura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis;
SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal PRODASEN Exmo. Sr.
Miguel Ângelo de Azevedo, Diretor Executivo; Pelo Município
União, Vereador José Clóvis Monteiro de Vasconcelos, Presidente da
Câmara Municipal de Correntes-PE.

Câmara Municipal de Corrientes-PR:
ESPECÍE: Convênio nº PI-2202/2002 – INTERLEGIS, celebrado entre a Câmara Municipal de Corrientes-PR, o Senado Federal – PRODESAF, anuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Alogainha do Piauí-PI; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 31/12/2002; **VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; **SIGNATARIOS:** Pelo Senado Federal – PRODESAF – Exmo. Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros – Diretor-Executivo; Pelo Com. Municipal de Alogainha do Piauí-PI ESPECÍE/Convênio nº 2202/2002.

Municipal de Alagoísim do Piauí-PI/ESPECÍE: Convênio nº. PI-22001/2002 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e o Processamento de Dados do Estado Federal - PRODASE, ambas as instituições vinculadas ao Poder Executivo Federal, e a Prefeitura Municipal de Altos-PI; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 31/07/2002; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASE - Exmo. Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros - Diretor-Executivo da Casa; Pela Prefeitura Municipal de Altos-PI/ESPECÍE - Convênio nº. PI-22001/2002 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro

Convênio nº: PI-2202/2013 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Estadual e a Câmara Municipal de Alvorada do Gurguiá-PI. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 26/08/2013; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr. Petrónio Barbosa Lima Carvalho - Diretor-Executivo; Pelo Convênioado, Vereador Eudimar Carlos de Azevedo, Presidente da Câmara Municipal de Alvorada do Gurguiá-PI. EPIPEC/CE. PI-2202/2013-01 INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática

22/09/2003 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, avançando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Anísio de Abreu-PI. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/08/2003; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATARIOS: Pelo

Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr. Petrólio Barbosa Lima Cavallho - Diretor-Executivo, Pelo Congresso, Viramundo Lodi de Souza, Presidente da Câmara Municipal, pelo Conselho do Abreu-PLENEPECIE- Convênio nº. PI-22020/2003 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Batalha-PI; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/06/2003; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo SENADO FEDERAL: PAULO ROBERTO DE SOUZA, Diretor-Executivo;

Senado Federal - PRODASEN - Ex-Im: Sr. Mário Lúcio Lacerra de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Conveniado, Vereador Adão de Araújo Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Batatal-PIE; Pelo Conveniado, Vereador José Carlos Pereira Figueiredo, Presidente do Centro das Informáticas e Processamento de Dados - Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Beneditinos-PI; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 12/07/2003; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SINTAGMÁTICOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN, Sr. Mário Lúcio Lacerra de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Conselho

Mário Lúcio Lacerda de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Convênio, Vereador José de Armatrêia Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Beneditinos-ESPÉCIE: Convênio nº 24, de 2001. O presente Convênio, celebrado entre o Centro de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social, tem por objeto o Prossesamento de Dados e o Serviço FENSA, sendo este último como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Brasileira-PI; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 31/07/2002; VIGÊNCIA: A partir da data de assinar,na, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros -

Diretor-Executivo: Pelo Convênio, Vereador Heleomar da Silva Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Brasileira-PLESPESC; Convênio nº: PI-22025/2003 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal e a Câmara Municipal de Brasileira-PLESPESC, em 1995 e a Câmara Municipal de Buriti dos Lopes-PI; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 03/09/2003; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - Excmo. Sr. Petrónio Barbosa Lima Carvalho. Diretor-Executivo: Pelo Convênio, Vereador Djalma

Francisco das Chagas Lima Percy, Presidente da Câmara Municipal de Buriti Lopes-PI.ESPESCE: Convênio nº: PI-2202/2002 - INTER-LEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRO-DAEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Buriti Lopes-PI, com o Objeto: Amodalização patrimonial do Estado do Piauí no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 31/12/2002; VIGENCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATARIOS: Pelo Senado Federal - PRO-DAEN Exmo. Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Convênioado, Nilsão Alves Feitoza, Presi-

de Câmara Municipal de Castelo do Piauí-PI-ESPÉCIE: Convênio nº. PI-22004/2002 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Prefeitura Municipal do Guadalupe-PI, para a execução do Projeto de Integração da Base Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 31/07/2002; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÓRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Conveniado, Vereador Paulo Henrique Bezerra da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Colônia.

DGURGEUA-PLSPECIE: Convênio nº. PI-22005/2002. **INTERLEGIOS,** celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Curitiba-PARANÁ, com o objetivo de estabelecer uma parceria para a implantação do Programa Interlegis; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 31/07/2002; **VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; **SIGNATARIOS:** Pelo Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr. Márcio Lúcio Lacerra de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Conveniado, Vereador Florencia Jacobina Brito, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba-PR-SPESPECIE: Convênio nº. PI-22005/2002.

22/06/2002 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, anuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Demerval Lobato-PI; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 31/07/2002; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATARIOS: Pelo

Senado Federal - PRODASEN - Ex- **Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros** - Diretor-Executivo; **Telo Convmovado**, Vereadora **Justina Teresinha Rossi Rassi** - Presidente da **Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico**; **Conversão** - nº. **PI 203/89** - **TERLEIGIS**, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Intelester e a Câmara Municipal de Direcu Arcoverde-PI; **OBJETO**: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Intelester; **MODALIDADE**: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA**: 30/09/2003; **VIGÊNCIA**: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do

Programa Interlegis; SIGNATARIOS: Pelo Senado Federal - PRO-DASEN - Exmo. Sr. Petrónio Barbosa Lima Carvalho- Diretor-Executivo; Pelo Conveniado, Vereador Marinildo Mota da Rocha, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - CPMDES - Exmo. Sr. Antônio Carlos de Azevedo- Presidente; Pela Câmara Municipal de Esperantina-Pi- OBJETOS: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 26/08/2003; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATARIOS: Pelo Senado Federal - PRO-DASEN - Exmo. Sr. Petrónio Barbosa Lima Carvalho- Diretor-Executivo; Pela Câmara Municipal de Esperantina-Pi- Exmo. Sr. Antônio Carlos de Azevedo- Presidente.

Senado Federal- PRODASEN - Exmo. Sr. Petrólio Barbosa Lima Carvalho - Diretor-Executivo; Pelo Conveniado, Vereador João José de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Esperantina-PI-ES; C.A.T.E. Convenio nº: PI-22007/2003 - INTERLEGIS, celebrado entre o Estado do Piauí e o Município de Esperantina-PI, pelo Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Fronteiras-PI; OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 04/06/2003; VIGENCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr.

Mário Lúcio Lacerda de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Conveniente, Vereador João Eudes Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Fronteiras-PIESPCE: Convênio nº. PI-22039/2003 - **TERKEGIS**, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Estado do Piauí e a Câmara Municipal de Fronteiras, Executor do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Fronteiras; **OBIETO**: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis; **MODALIDADE**: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA**: 13/08/2003; **VIGÊNCIA**: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; **SIGNATÁRIOS**: Pelo Senado Federal - **PRODASEN** - Excmo. Sr. **Permônio Barbosa Lima Carvalho** - Diretor-Executivo; Pelo

Conveniado, Vereador Francisco de Sousa Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Itaquira-PI/SESCIEP. Convênio nº: PI-22068/2002 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, anuente, e o Orgão Municipal de Informática e Estatística da Câmara Municipal de Itaquira-PI/SESCIEP, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnica de dados-PI; OBJETO: Estabelecer a cooperação técnica da Câmara Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 31/07/2002; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Conveniado, Vereador Benedito Alencar da

Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Jaicós-PI/ESPÉCIE: Convênio nº. PI-22009/2002 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal e PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Programa Interlegis e como entidade executora, e o Município de Jaicós-PI, visando regular a participação da Câmara Legislativa no Programa Interlegis; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 31/07/2002; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - PRODASEN - Exmo. Sr. Mário Lúcio Lacerda de Medeiros - Diretor-Executivo; Pelo Conveniado, Vereador Lourenço Ferreira da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Joaquim

res-PIESPEC: Convênio nº. PI-2203/12003 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, atuando como Órgão Executor do Projeto, e a Câmara Municipal de São Paulo - CPMSP, atuando como Órgão Beneficiário, tendo como finalidade a realização do Projeto de OBTENÇÃO, ELABORAÇÃO, REGISTRO E PARTICIPAÇÃO DA CLASSE LEGISLATIVA NO PROGRAMA INTERLEGIS; MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 26/08/2003; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal: PRODASEN - Exmo. Sr. Petronio Barbosa Lima Carvalho - Diretor-Executivo; Pelo Convênioado: Vereador José de Araújo Farias, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo - CPMSP. EGRIS, elaborado através do Centro de Informática do Senado Federal - CENINF.

22/01/2003 - INTERLEGIS, celebrado entre o Centro de Informática e o Procurador-Geral de Justiça do Estado Federal - PROPAFAM, assinando o termo de compromisso do Programa Interlegis e a Câmara Municipal de Jurema-PI. OBJETO: Essencial e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis. MODALIDADE: Nos termos do disposto no Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como suas alterações: DATA DA ASSINATURA: 30/09/2003; VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com vigência equivalente à duração do Programa Interlegis. SIGNATÁRIOS: Pelo Estado Federal

Folha Nº	14
Processo Nº	687/03-0
Rubrica	R

2º E fopo
6º Rel.

TERMO DE ACEITE E RESPONSABILIDADE**Câmara Municipal**

Estado :

PIAUI

Município :

ALAGOINHA DO PIAUI

Responsável junto ao Programa Interlegis

Cecilia Ramalho de Almeida
(Pessoa autorizada pela Câmara para realizar o aceite)

Assistência Técnica

Empresa :

JR INFORMATICA

Técnico :

ROBERTO

DDD/Telefone Comercial:

86 233 8334

Equipamentos recebidos**1. Uma Impressora Laser Lexmark mod. Optra E312**

Num. de série:

MM211010750

Num. de tombamento:

011053

2. Um Microcomputador Novadata ND-P500-A950Z com 256 MB de memória

Num. série CPU:

001201NR

Num. de tombamento:

013439

Num. série Monitor:

25036285

3. Um Gateway 3Com mod. Office Connect 56K Lan Modem

Num. série Gateway:

X25044078#7

Num. de tombamento:

012.216

4. Um Estabilizador de voltagem com capacidade mínima de 1 kva

SIGI OK

Folha Nº	15
Processo Nº	68703-0
Rubrica	<i>R</i>

TREINAMENTOFoi Ministrado curso de 3 horas? SIM ☒ NÃO ☐Em caso de SIM no campo anterior: CONCEITO? Muito Bom ☐ Bom ☒ Regular ☐ Ruim ☐

Observações:

--

(Coloque neste campo todas as informações que você ache importante citar sobre as dificuldades encontradas a respeito da instalação efetuada e do treinamento oferecido)

ACEITE E RESPONSABILIDADE

Declaramos que esta Câmara Municipal recebeu, em perfeitas condições de funcionamento, os equipamentos acima especificados, e se responsabiliza pelo seu zelo, guarda, administração, boa utilização e manutenção, de acordo com o estabelecido pelas cláusulas terceira e quarta do Convênio celebrado com o Órgão Executor do Programa Interlegis.

Data 25 / 07 / 2003Ass. *[Assinatura]*
Responsável pelo aceite na CâmaraCÂMARA MUNICIPAL DE
ALAGOINHA DO PIAUI - PI



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

Folha Nº	36
Processo Nº	687/03-0
Rubrica	



OFÍCIO-CIRCULAR Nº 194/2008-GABINT/SINTER

Brasília, 25 de junho de 2008

Senhor(a) Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o **Termo de Transferência de Titularidade de Bens e Equipamentos** colocados à disposição dessa Casa Legislativa por intermédio do Programa Interlegis, na esteira do Contrato de Empréstimo nº 1123-OC/BR entre o Governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID para financiamento do programa de integração do Poder Legislativo.

Conforme previsto na Cláusula Quarta do **Convênio de Participação no Programa Interlegis**, item 4.1.1, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com a anuência desta Secretaria Especial, transfere a cada uma das Casas legislativas conveniadas, calcado no respectivo **Termo de Aceite e Responsabilidade**, cópia anexa, a plena titularidade e propriedade, assim como todos os direitos relativos aos bens e equipamentos cedidos pelo Projeto BRA/98/010-Interlegis.

Na oportunidade, agradeço a participação dessa Câmara no Programa Interlegis, esperando não só continuar como ampliar parcerias no decorrer da execução do programa de modernização do Legislativo brasileiro – INTERLEGIS II.

Respeitosamente,

MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER

Exmo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí
Rua Sérgio Fialho, s/nº
Alagoinha do Piauí - PI

Folha Nº	57
Processo Nº	6.37/c3.2
Rubrica	



TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE BENS E EQUIPAMENTOS

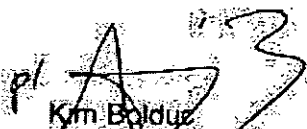
Pelo presente instrumento, o PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD transfere, com a anuência da SECRETARIA ESPECIAL DO INTERLEGIS, agência executora do Projeto BRA/98/010, para cada CASA LEGISLATIVA beneficiária do Programa Interlegis, com base no TERMO DE ACEITE firmado pela respectiva CASA LEGISLATIVA que é parte integrante do presente instrumento, a plena titularidade e propriedade dos bens e equipamentos bem como todo os direitos relativos aos mesmos, na esteira da Cláusula Quarta - Dos Bens Colocados a Disposição da Casa Legislativa do Convênio de Participação no Programa Interlegis.

Os bens e equipamentos são decorrentes da assistência do PNUD ao Governo do Brasil, no âmbito do Projeto BRA/98/010- Programa Interlegis, estando tal transferência de acordo com as disposições do respectivo Documento de Projeto BRA/98/010 firmado entre o PNUD e o Governo do Brasil.

A transferência da titularidade e propriedade é realizada na condição de que os bens e equipamentos serão usados exclusivamente nos termos estabelecidos no Documento de Projeto e no Convênio citados acima e sujeito a eventuais limitações nele contidas.

Permanece cada Casa Legislativa responsável, desde a entrega dos respectivos bens e equipamentos, por quaisquer obrigações, ônus ou prejuízos de qualquer natureza que tenham incidido ou venham a incidir sobre os mesmos, ainda que decorram de sua utilização ou posse anterior a assinatura do presente Termo.

Brasília, 05 de novembro de 2007

pl. 
Kim Bolduc

Representante Residente

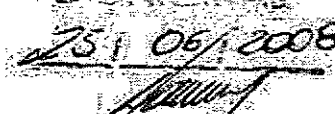
Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento



Márcio Sampaio Leão Marques

Diretor

Secretaria Especial do Interlegis

CONFIRMADO
25/06/2008


Folha Nº	43
Processo Nº	637/62 C
Rubrica	J

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NO

EN

CEI

DE

AS

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
 Presidente da Câmara Municipal de Alagoinha do
 Piauí
 Rua Sérgio Fialho, s/nº
 Alagoinha do Piauí - PI
 64655-000

F

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

RECEBIMENTO
ATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

1.305.683

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



**CORREIOS
BRASIL**

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS GN07

AR

RC 3 6 3 8 6 3 2 4 9 -BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'ÉDITEUR

ENDEREÇO PA

CIDADE / LOCAL

MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis
Av. N2 - Anexo "E"
Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

--	--	--	--	--	--	--	--